

Enfrentando a Informalidade no Brasil¹

Introdução

As mudanças que atingiram a sociedade contemporânea nas últimas décadas conferiram aos países em desenvolvimento, como o Brasil, características peculiares quanto à estruturação do mercado de trabalho. Observou-se uma redefinição das relações de trabalho, com uma diversificação crescente dos tipos de contratação, das formas de inserção dos trabalhadores na estrutura produtiva e, ainda, a persistência de importantes segmentos em atividades produtivas tradicionais. Diante disso, a relação padrão de assalariamento não pode mais ser considerada a única e inexorável forma de inserção no mercado de trabalho e de inclusão social.

No Brasil, nos períodos de acentuado crescimento econômico, especialmente durante o processo de industrialização, verificaram-se amplas oportunidades de inserção no mercado de trabalho com forte incremento do assalariamento e crescente formalização dos vínculos de emprego. No entanto, ao contrário dos países desenvolvidos, a intensificação da atividade econômica não foi acompanhada pela estruturação de um mercado de trabalho homogêneo e não acarretou em uma extensa cobertura da rede de proteção social, com empregos regulares e bem remunerados e com garantias trabalhistas e previdenciárias durante e após o período laboral. Ao contrário, persistiu a existência e reprodução de um significativo setor informal no País.

A crise econômica da década de 1980 e as políticas neoliberais seguidas nos anos 1990 desorganizaram ainda mais esse mercado já heterogêneo, que atualmente conta com cerca de metade das ocupações distintas da contratação assalariada padrão (com proteção social e trabalhista).

A complexidade do tema e a crescente interação entre as atividades desenvolvidas pelo setor informal e os setores dinâmicos da economia propiciaram maior relevância ao debate e à formulação de novas concepções e categorias de análise, voltadas para o desafio de incrementar a proteção social no âmbito do empreendedorismo e das atividades cooperativas, tanto como fomentar os ganhos de eficiência sistêmica decorrentes do combate à precarização do trabalho assalariado.

Nesse sentido, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE vem promovendo discussões no âmbito de um projeto visando à intervenção social para a redução da informalidade com diversas entidades, dentre elas, o Ministério da Previdência Social. O intuito é o de refletir sobre os impactos da informalidade, elaborar diagnósticos em setores selecionados e identificar soluções concernentes à forma específica de inserção ocupacional (seja como assalariado, autônomo ou conta-própria e pequeno empregador), considerando a importância de se equacionar não só as questões relacionadas ao financiamento da rede de proteção social, mas, principalmente, de se criar um novo ambiente voltado à inclusão social e ao desenvolvimento.

¹ Colaboraram para este Informe Rosane Maia, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e Coordenadora do Projeto “Reducir a Informalidade por meio do Diálogo Social”, em convênio com o FUMIN/BID; Stênia Cassia, Assistente Administrativa de Projetos do DIEESE; e Carolina Veríssimo Barbieri, representante do Ministério da Previdência Social no Comitê Técnico Nacional do Projeto.



A dimensão do mercado de trabalho brasileiro e a grande heterogeneidade aí observada colocam o Brasil como importante referência para a investigação sobre informalidade e o seu enfrentamento, por meio do diálogo social e da construção de um quadro regulatório adequado e de políticas públicas inovadoras e mais e mais inclusivas.

O projeto “Reducir a Informalidade por meio do Diálogo Social” e a Previdência Social

A informalidade é um dos principais obstáculos para o efetivo desenvolvimento econômico e social no país. A falta de coordenação entre as múltiplas instâncias governamentais propicia um ambiente para o baixo comprometimento com o enfrentamento do problema. As experiências recentes demonstram que a formulação das políticas públicas adequadas deve resultar da criação de espaços de diálogo social para o levantamento dos problemas dos atores sociais e de recomendações de soluções, em nível local e nacional, a serem negociadas e implementadas de forma coordenada.

Nesse contexto, o DIEESE desenvolveu o projeto “Reducir a Informalidade por meio do Diálogo Social” para trabalhadores assalariados sem carteira assinada, cooperativados, conta-própria, autônomos, pequenos empreendedores, micro, pequenas e médias empresas etc., com suporte financeiro do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O objetivo do projeto é promover ações coordenadas que favoreçam a formalização por meio do diálogo social e da articulação de um sistema de redes de organizações locais, nacional e regional (América Latina).

Foram selecionados, inicialmente, quatro Arranjos Produtivos Locais (APL) para implantar, em caráter piloto, o modelo de intervenção com base no diálogo social e articular redes locais: Confecção, no Agreste Pernambucano; Comércio, em Porto Alegre/RS; Construção Civil, em Curitiba/PR; e Agricultura, em Morrinhos/GO.

Esses pilotos foram selecionados por apresentarem uma elevada incidência de informalidade, capacidade de mobilização social e de resolução de conflitos, além da existência de cooperação interinstitucional. Pretende-se, com isso, difundir essas experiências em todo o País.

Para desenvolver o projeto e estruturar seu desenho e sua melhor forma de implementação, foi formado o Comitê Técnico de Trabalho. Suas responsabilidades são: definir as diretrizes; delimitar o escopo de atuação e alcance do Projeto; acompanhar a execução geral, além das formas de participação e colaboração das instituições envolvidas.

Para apoiar a realização das ações previstas no projeto, o DIEESE e o BID uniram-se a entidades nacionais e internacionais, preocupadas com a questão, e formaram um Comitê Técnico. Além das duas organizações, fazem parte do órgão: as Centrais Sindicais, a Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o Ministério da Previdência Social (MPS); o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O modelo de intervenção adotado pelo DIEESE engloba ações de mobilização dos atores sociais por meio de

EXPEDIENTE: *Ministro da Previdência Social: Carlos Eduardo Gabas • Secretário Executivo: João Ernesto Aragonés Viana • Secretário de Previdência Social: Fernando Rodrigues da Silva • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: João Donadon • Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público: Delúbio Gomes Pereira da Silva • Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional: Remigio Todeschini • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Emanuel de Araújo Dantas • Corpo Técnico: Carolina Veríssimo Barbieri, Edvaldo Duarte Barbosa e Graziela Ansiliero.*

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPS. Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

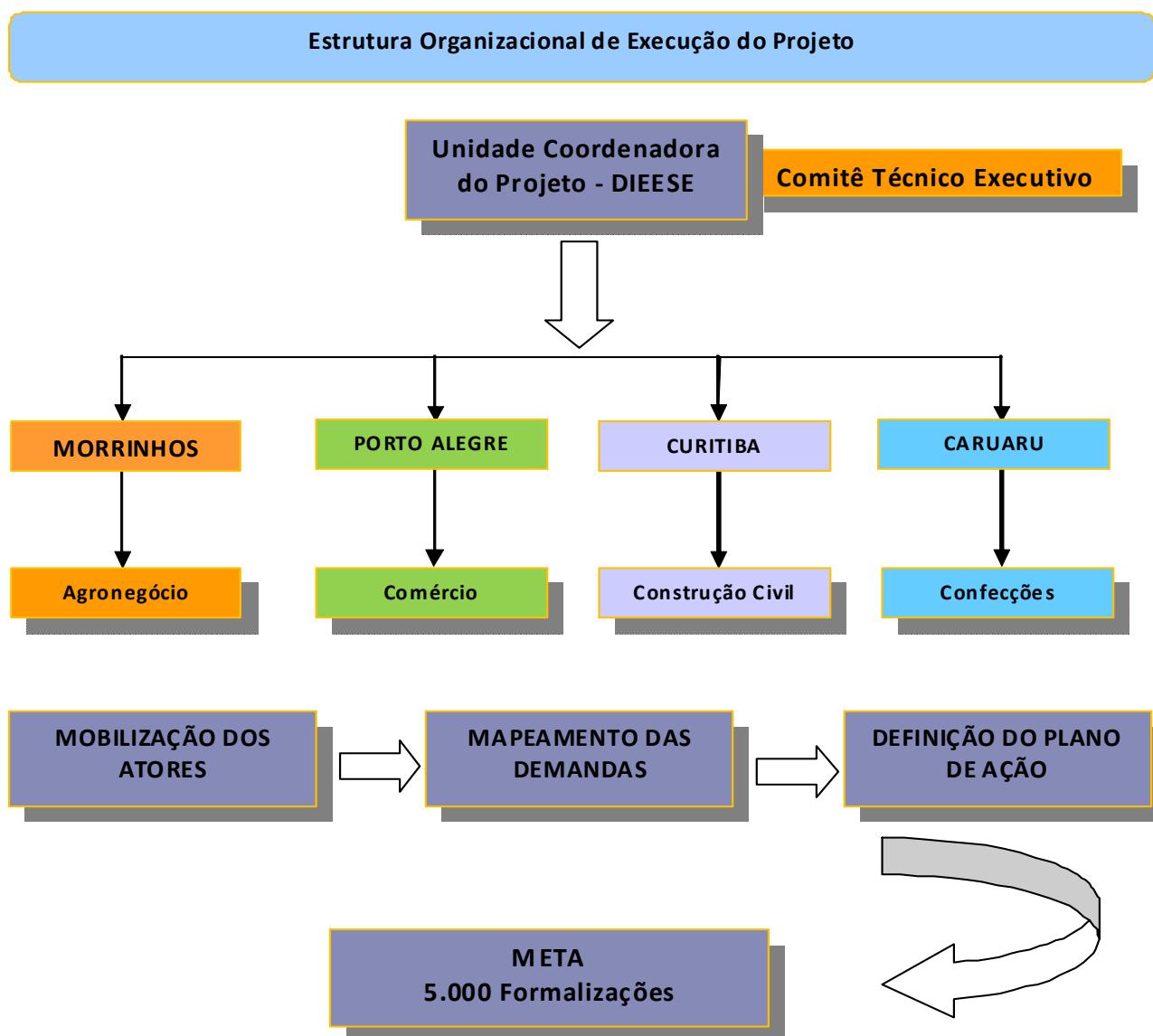
É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA: *Ministério da Previdência Social • Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco “F” - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408 • e-mail: cgep@previdencia.gov.br*



visitas de sensibilização nas localidades selecionadas; oficinas para mapeamento de demandas em cada piloto; elaboração de Plano de Ação para intervenção social e acompanhamento; fixação de meta a ser atingida – 5.000 formalizações (de empresas, empreendimentos e trabalhadores) nos quatro APL selecionados no início do projeto (confecção, comércio, construção civil e agricultura) nas localidades selecionadas (Agreste Pernambucano, Porto Alegre, Curitiba, Morrinhos, respectivamente), para a ampliação da proteção social.

A partir do resultado dessas ações, serão apontadas e implementadas formas alternativas com vistas a melhorar as condições de trabalho e produção e a qualidade de vida de um expressivo número de pessoas e comunidades que estão na informalidade.



O MPS é parceiro desse projeto e o considera de extrema importância por buscar identificar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores informais de diferentes setores e contribuir para a disseminação das políticas de formalização. Partindo-se disso e após a análise dos planos de ação propostos, deve-se dar início a um processo de formulação de políticas previdenciárias que contemplem as particularidades levantadas em cada setor.

Andamento do projeto

O projeto terá a duração de 36 meses, contados a partir de outubro de 2009, e até o final de 2010 foram realizadas várias atividades.



A primeira etapa, de implementação, foi finalizada em junho de 2010. Nessa etapa desenvolveram-se, nos quatro pilotos selecionados até então, visitas da Coordenação Nacional e de integrantes do Comitê Técnico para apresentação do projeto e sensibilização dos atores sociais quanto ao problema da informalidade. Foram realizadas também oficinas para mapeamento dos principais problemas relacionados ao tema e construção, pelos atores locais, da proposta de um plano de ação. Além disso, foram constituídas e articuladas as redes locais.

Arranjo Produtivo Local (APL)	Visitas de sensibilização	Oficinas para elaboração do Plano de Ação
Porto Alegre/RS	17 e 18 de nov/2009	17 e 18 de nov/2009
Curitiba/PR	19 e 30 de abr/2010	17 e 18 de jun/2010
Morrinhos/GO	05 de mai/2010	18 de mai/2010
Caruaru/PE	24 de mar/2010	06 e 07 de maio/2010

Cumprida essa etapa do projeto, os próximos passos previstos no âmbito do projeto seriam a análise dos planos de ação propostos nos pilotos selecionados pelo Comitê Técnico Nacional, que se reúne mensalmente para acompanhar e discutir o desenvolvimento do projeto; a constituição de um boletim para informes mensais; e a construção de uma rede para disseminação das informações entre os representantes das instituições de cada piloto e do Comitê Técnico Nacional.

Nos dias 11, 12 e 13 de agosto, as Coordenações Nacional e Local do Projeto participaram de reuniões realizadas em Recife, Toritama, Pão de Açúcar e Caruaru/PE com órgãos dos governos (federal, estadual, e municipal), universidade, associações e outros atores já com vistas a implementar o plano de ação no piloto do pólo de confecção do agreste pernambucano.

Ainda em agosto, foi incluído no projeto um novo pólo, buscando compreender os principais problemas relacionados à informalidade enfrentados pelos trabalhadores e empregadores da agricultura familiar nos municípios do Estado de Santa Catarina. O novo piloto foi iniciado em outubro, na cidade de Ituporanga/SC, com a finalidade específica de estudar a regularização do contrato por curta duração na agricultura familiar. A oficina de sensibilização e elaboração da matriz de demandas e primeiro plano de ação ocorreram dia 14 de outubro.

Também em agosto, com vistas a dar mais visibilidade ao projeto e mobilizar mais parceiros, o diretor técnico do DIEESE, Clemente Ganz Lucio, apresentou-o ao Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS). Como resultado, houve ampla divulgação do projeto na mídia e adesão de novos participantes ao Comitê Técnico Nacional, em especial representantes dos empregadores.

Depois de feita a análise dos planos de ação pelo Comitê Técnico Nacional, foi realizado em novembro, na cidade de Brasília/DF, o Seminário de Integração dos Pilotos. Participaram do Seminário: representantes de entidades governamentais das esferas federal, estadual e municipal; entidades parceiras (nacionais e internacionais); e entidades sindicais de trabalhadores e patronais de quase todos os pilotos selecionados (exceção a Morrinhos/GO). Com a presença dos atores sociais, foram constituídas mesas redondas para apresentações e debates em torno dos temas: trabalho desprotegido (rural e urbano), fiscalização e qualificação profissional. As atividades do seminário voltaram-se especialmente para a integração e troca de experiências por meio de trabalhos em grupos e exposições de alternativas locais para o enfrentamento da informalidade e, por fim, para a elaboração conjunta do plano de ação com prioridades para o ano de 2011. Os técnicos do DIEESE alocados no projeto e os demais integrantes do Comitê Técnico tiveram um dia específico para a organização da execução e o monitoramento das ações a serem realizadas em 2011.

Até dezembro, o projeto ganhou novas formas de divulgação. Além do folheto explicativo produzido pelo DIEESE e distribuído aos participantes do Seminário de Integração dos Pilotos, foi disponibilizado na página do DIEESE (www.dieese.org.br) o link “Dialogar para Formalizar”, que apresenta informações gerais do projeto, descrição de cada piloto, atividades realizadas, parcerias firmadas etc. Foi criado também o blog do projeto, “Retrato Informal”, (<http://www.dieese.org.br/informalidade/blog/>), com o intento de estabelecer um espaço interativo para a integração entre os participantes do projeto e aqueles que se interessarem pelo tema informalidade.

Considerações Finais

Como o próprio diretor-técnico do DIEESE, Clemente Ganz Lúcio, explicou quando da ampliação do acordo de cooperação técnica entre o MPS e o DIEESE², “o objetivo do projeto é colaborar para a elaboração de novas políticas, criando espaço para o diálogo envolvendo trabalhadores, empregadores e poder público”.

Reducir a informalidade, no contexto da Previdência Social, significa ampliar a cobertura previdenciária, ou seja, incluir trabalhadores no sistema de proteção social. Nesse sentido o projeto colabora com esse objetivo ao buscar compreender junto a públicos-alvo particulares as dificuldades enfrentadas quanto ao acesso à Previdência Social. A participação de representantes do Departamento do Regime Geral da Previdência Social do MPS, com o auxílio de representantes do Programa de Educação Previdenciária do Instituto Nacional de Seguro Social, no Comitê Técnico Nacional tem sido fundamental para a troca de conhecimento entre os envolvidos no projeto e a intensificação na busca de possíveis soluções para os problemas encontrados.

² <http://www.previdencia.gov.br/vejaNoticia.php?id=37709>



Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

Saldo Previdenciário e Arrecadação

Necessidade de Financiamento (INPC de Nov/2010)

No mês (Nov/2010)	R\$ 4,42	bilhões
Acumulado em 2010	R\$ 47,54	bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 45,68	bilhões

RESULTADOS DAS ÁREAS URBANA E RURAL

Em novembro de 2010, a arrecadação líquida urbana foi de R\$ 17,5 bilhões com crescimento de 1,0% (+R\$ 178,9 milhões) em relação a outubro deste mesmo ano e de 0,6% (+R\$ 97,1 milhões) em relação a novembro de 2009. O baixo crescimento da arrecadação na comparação com novembro de 2009 é devido à presença naquele mês de receita adicional extraordinária decorrente de depósitos judiciais no valor nominal de R\$ 1,4 bilhão. No acumulado do ano já se registra um crescimento de 10,8% (+R\$ 17,6 bilhões). A arrecadação líquida urbana registrou na sua série histórica, em novembro de 2010, o seu maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário).

Quanto à clientela rural, a arrecadação líquida rural atingiu R\$ 414,5 milhões ficando ligeiramente abaixo do valor registrado em outubro de 2010 (-R\$ 3,3 milhões), e 1,9% (-R\$ 8,2 milhões) menor que o registrado em novembro de 2009. No acumulado dos primeiros dez meses de 2010, a arrecadação rural sofreu uma leve queda de 0,1% (-R\$ 4,4 milhões) na comparação com o mesmo período de 2009. Essa estabilidade registrada em relação a 2009 pode ser consequência da decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), de fevereiro de 2010, que concluiu que é inconstitucional a contribuição incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de produtos rurais, conforme a Lei nº 8.540, de 1992.

A despesa com pagamento de benefícios urbanos (incluindo-se sentenças judiciais e COMPREV) atingiu R\$ 17,3 bilhões, registrando crescimento de 10,8% (+R\$ 1,7 bilhão) entre novembro e outubro de 2010 e de 5,1% (+R\$ 838 milhões) em relação a novembro de 2009. O crescimento da despesa urbana deste mês em relação ao mesmo anterior foi decorrente, basicamente, do pagamento da última parcela do 13º salário, no valor de R\$ 1,5 bilhão, pago aos beneficiários que recebem um salário mínimo. Com relação ao mês de novembro de 2009 pode ser atribuído, além do crescimento vegetativo do estoque de benefícios, ao novo patamar de despesa decorrente do aumento do salário mínimo, de R\$ 465,00 para R\$ 510,00. A despesa com o pagamento de benefícios rurais é fortemente influenciada pelo reajuste do salário mínimo, uma vez que 99,3% (8,1 milhões de beneficiários) dos benefícios pagos são de valor de até um salário mínimo. Por essa razão, a despesa rural registrou elevação de 16,7% (+R\$ 715 milhões) na comparação com outubro deste ano e de 8,0% (+R\$ 370 milhões) em relação a novembro de 2009.

Em novembro de 2010 ocorreu superávit urbano de R\$ 192,9 milhões, 88,7% (-R\$ 1,5 bilhão) menor que o registrado em outubro deste ano e 78,9% (-R\$ 719 milhões) menor que o registrado em novembro de 2009. Já no acumulado do ano a necessidade de financiamento urbano caiu 79,2% (-R\$ 4,1 bilhões) em relação ao mesmo período de 2009, fechando o ano de 2010 em R\$ 1,1 bilhão. A clientela rural registrou uma necessidade de financiamento de R\$ 4,6 bilhões, com crescimento de 18,2% (+R\$ 712,5 milhões) em relação a outubro deste ano e de 9,5% (+R\$ 399,2 milhões) em relação a novembro de 2009. No acumulado do ano, a necessidade de financiamento rural cresceu 8,5% (+R\$ 3,6 bilhões) na comparação com o mesmo período de 2009, ou seja, passou de R\$ 42,8 bilhões, em 2009, para R\$ 46,5 bilhões, em 2010, conforme se pode ver na Tabela 1.

TABELA 1

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural – Novembro/2009, Outubro/2010 e Novembro/2010 - Valores em R\$ milhões de Novembro/2010 - INPC

DISCRIMINAÇÃO	NOV/2009 (A)	OUT/2010 (B)	NOV/2010 (C)	% (C) / (B)	% (C) / (A)	Acumulado (Jan a Nov)		%
						2009	2010	
1. Arrecadação Líquida	17.831,1	17.744,5	17.920,1	1,0	0,5	168.255,3	185.885,9	10,5
1.1. Arrecadação Urbana	17.408,4	17.326,6	17.505,5	1,0	0,6	163.823,2	181.458,1	10,8
1.2. Arrecadação Rural	422,7	417,8	414,5	(0,8)	(1,9)	4.431,6	4.427,2	(0,1)
1.3. Arrecadação Comprev	0,0	0,0	0,1	166,7	599,7	0,6	0,6	4,7
2. Benefícios Previdenciários	21.137,0	19.939,5	22.344,6	12,1	5,7	216.271,7	233.428,7	7,9
2.1. Benefícios - INSS	20.586,2	19.469,2	21.885,1	12,4	6,3	208.691,4	225.153,4	7,9
2.1.1. Urbano	16.030,3	15.221,0	16.933,3	11,2	5,6	162.764,8	175.853,8	8,0
2.1.2. Rural	4.555,9	4.248,1	4.951,8	16,6	8,7	45.926,6	49.299,6	7,3
2.2. Passivo Judicial Previdenciário	423,7	344,1	355,4	3,3	(16,1)	6.682,4	7.073,2	5,8
2.2.1. Urbano	338,8	269,5	275,3	2,1	(18,8)	5.343,5	5.482,4	2,6
2.2.2. Rural	84,9	74,6	80,1	7,3	(5,7)	1.338,9	1.590,8	18,8
2.3. Comprev - INSS	127,0	126,2	104,1	(17,5)	(18,1)	897,9	1.202,1	33,9
3. Resultado Primário da Previdência (1 – 2)	(3.305,9)	(2.195,0)	(4.424,4)	101,6	33,8	(48.016,3)	(47.542,8)	(1,0)
3.1. Urbano (1.1 + 1.3 – 2.1.1 – 2.2.1 – 2.3)	912,2	1.709,9	192,9	(88,7)	(78,9)	(5.182,4)	(1.079,5)	(79,2)
3.2. Rural (1.2 – 2.1.2 – 2.2.2)	(4.218,1)	(3.904,9)	(4.617,4)	18,2	9,5	(42.833,9)	(46.463,2)	8,5

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS; Informar/DATAPREV – Elaboração: SPS/MPS.

ANÁLISE CONJUNTA DO RESULTADO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CLIENTELA URBANA E RURAL

Em novembro de 2010, para a clientela urbana e rural em conjunto, a necessidade de financiamento da Previdência Social foi de R\$ 4,4 bilhões, correspondentes à diferença entre a arrecadação líquida de R\$ 17,9 bilhões e da despesa com benefícios previdenciários, de R\$ 22,3 bilhões. A necessidade de financiamento registrou crescimento de 101,6% (+R\$ 2,2 bilhões) em relação a outubro deste ano e de 33,8% (+R\$ 1,1 bilhão) em relação a novembro de 2009. No acumulado do ano a necessidade de financiamento caiu 1,0% (-R\$ 473,6 milhões) em relação ao mesmo período de 2009.

A despesa com pagamento apresentou elevação de 12,1% (+R\$ 2,4 bilhões) em relação a outubro de 2010, em função da antecipação do restante do 13º salário, pago em dezembro, mas já com reflexo neste mês devido à parcela de benefícios pagos aos beneficiários que recebem um salário-mínimo, e cresceu 5,7% (+R\$ 1,2 bilhão) em relação a novembro de 2009. No acumulado do ano a despesa cresceu 7,9% (+R\$ 17,2 bilhões) em relação ao mesmo período de 2009. O crescimento pode ser explicado pelo novo patamar de despesa decorrente do reajuste do salário mínimo e dos benefícios com valores acima do salário mínimo (7,72%), desde janeiro de 2010 (Tabela 2).

TABELA 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário, – Novembro/2009, Outubro/2010 e Novembro/2010 - Valores em R\$ milhões de Novembro/2010 - INPC

	nov/09 (A)	out/10 (B)	nov/10 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Acum. Jan. a nov/09	Acum. Jan. a nov/10	Var. %
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	17.831,1	17.744,5	17.920,1	1,0	0,5	168.255,3	185.885,9	10,5
1.1. Receitas Correntes	16.603,6	18.791,3	19.053,3	1,4	14,8	175.351,7	197.652,9	12,7
Pessoa Física (1)	666,1	661,0	678,3	2,6	1,8	6.713,8	7.151,3	6,5
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	649,6	737,9	760,5	3,1	17,1	6.743,0	7.729,2	14,6
SIMPLES - Repasse STN (3)	1.317,4	1.571,5	1.567,5	(0,3)	19,0	12.357,3	15.613,0	26,3
Empresas em Geral	10.443,0	12.026,3	12.150,6	1,0	16,4	112.848,7	127.364,1	12,9
Entidades Filantrópicas (4)	130,8	145,0	145,3	0,2	11,1	1.420,1	1.535,4	8,1
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.095,3	1.191,1	1.185,2	(0,5)	8,2	9.743,3	12.528,1	28,6
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	404,5	439,4	453,7	3,3	12,2	5.923,8	4.609,4	(22,2)
Clubes de Futebol	4,3	5,5	4,3	(22,4)	(0,7)	59,7	63,8	6,9
Comercialização da Produção Rural (7)	258,5	270,1	262,7	(2,7)	1,6	3.009,8	2.872,3	(4,6)
Retenção (11%)	1.340,0	1.509,8	1.545,8	2,4	15,4	13.848,5	15.587,1	12,6
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	77,6	48,2	45,1	(6,5)	(42,0)	750,8	502,0	(33,1)
Reclamatória Trabalhista	206,9	175,6	238,9	36,1	15,5	1.833,2	1.971,6	7,6
Outras Receitas	9,6	10,1	15,6	54,7	62,6	99,8	125,4	25,7
1.2. Recuperação de Créditos	2.816,5	753,6	802,9	6,5	(71,5)	11.152,5	8.500,8	(23,8)
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	0,0	0,0	0,1	166,7	599,7	0,6	0,6	4,7
Arrecadação / Lei 11.941/09	426,7	169,1	179,0	5,8	(58,1)	581,2	1.965,3	238,1
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	14,4	11,3	11,2	(1,1)	(22,5)	228,3	121,2	(46,9)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	2,5	0,2	0,6	142,6	(76,9)	38,4	44,2	(63,1)
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	1.501,4	153,4	111,2	(27,5)	(92,6)	3.288,3	1.559,3	(52,6)
Débitos (14)	477,0	49,5	80,7	63,1	(83,1)	1.109,7	714,2	(35,6)
Parcelamentos Convencionais (15)	394,4	370,1	420,3	13,6	6,6	5.905,9	4.126,1	(30,1)
1.3. Restituições de Contribuições (16)	(22,0)	(55,5)	(144,9)	161,0	557,9	(273,2)	(448,5)	64,2
1.4. Transferências a Terceiros	(1.567,0)	(1.744,9)	(1.791,3)	2,7	14,3	(1.975,7)	(19.819,3)	10,3
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	21.137,0	19.939,5	22.344,6	12,1	5,7	216.271,7	233.428,7	7,9
Pagos pelo INSS	20.713,3	19.595,4	21.989,2	12,2	6,2	209.589,3	226.355,5	8,0
Senenças Judiciais - TRF (17)	423,7	344,1	355,4	3,3	(16,1)	6.682,4	7.073,2	5,8
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(3.305,9)	(2.195,0)	(4.424,4)	101,6	33,8	(48.016,3)	(47.542,8)	(1,0)

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS; Informar/DATAPREV – Elaboração: SPS/MPS.



Importante destacar que a arrecadação líquida previdenciária acumulada no ano cresce (10,5%) em patamar superior ao crescimento do pagamento com benefícios previdenciários (7,9%), fato registrado no fechamento dos anos de 2007 e 2008. Em 2009 a arrecadação líquida cresceu 6,1% e a despesa cresceu 7,3%. Na verdade, conforme já informado, a arrecadação acumulada até outubro estava crescendo, na comparação com igual período de 2009, 12,0% e agora na comparação acumulada até novembro caiu para 10,8%. Esse fato é decorrência do aumento extraordinário de arrecadação registrado em novembro de 2009 no valor de R\$ 1,4 bilhão, fruto de um repasse de depósitos judiciais pela STN.

Em novembro de 2010, entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste acima da inflação concedido ao salário mínimo (em janeiro de 2010), fazendo com que o piso previdenciário – que em novembro determinou o valor recebido por 66,4% dos beneficiários da Previdência Social (representa 18,6 milhões de beneficiários) – tenha tido um ganho significativo no seu valor real; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em janeiro de 2010, com base no INPC do período de fevereiro de 2009 a dezembro de 2009.

A arrecadação líquida cresceu, na comparação com outubro de 2010 e novembro de 2009, 1,0% (+R\$ 175,6 milhões) e 0,5% (+R\$ 89,0 milhões), respectivamente. O baixo crescimento da arrecadação na comparação com novembro de 2009 é decorrência do repasse, já explicado, de depósitos judiciais. No acumulado do ano a arrecadação líquida cresceu 10,5% (+R\$ 17,6 bilhões) em relação ao mesmo período de 2009.

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2010, os principais são: (i) a recuperação do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS de R\$ 3.218,09 para R\$ 3.467,40 a partir de janeiro de 2010 (com a antecipação de um mês em relação a 2009), fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

A arrecadação líquida e as receitas correntes registraram na sua série histórica, em novembro de 2010, seus maiores valores (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário).

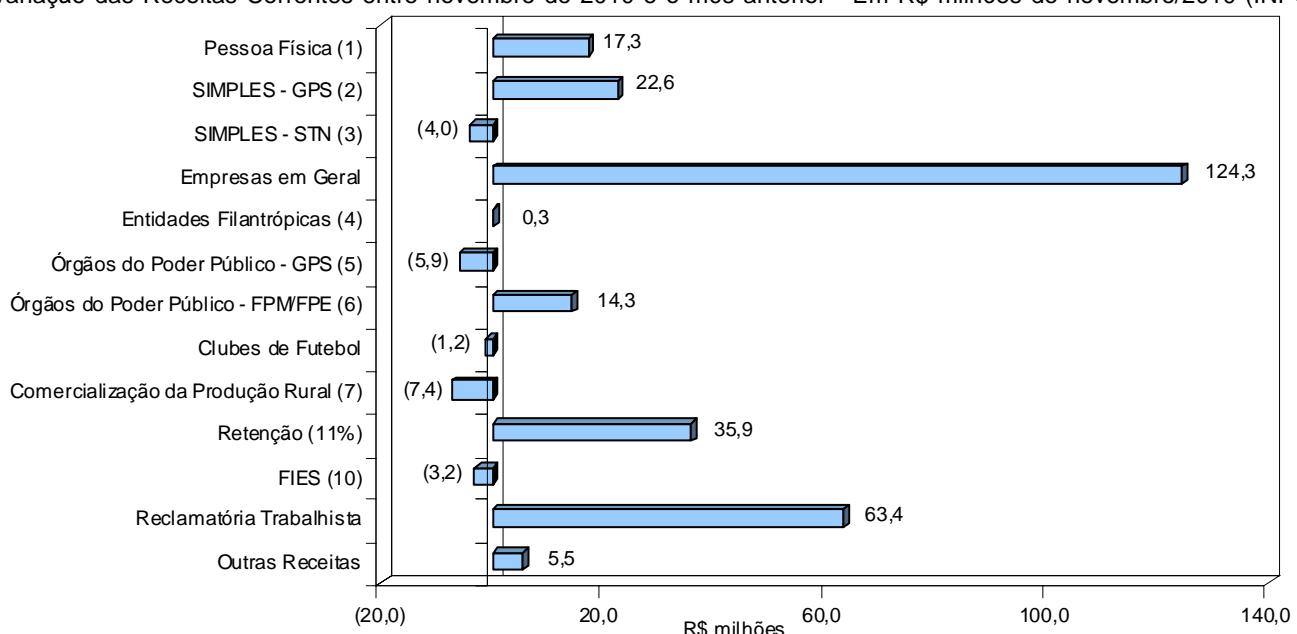
RECEITAS CORRENTES E MERCADO DE TRABALHO

O crescimento do emprego formal tem um grande peso no aumento da arrecadação previdenciária, em especial nas receitas correntes que guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser facilmente comprovado ao se confrontar os principais indicadores de mercado, divulgados mensalmente, com os resultados das receitas correntes do Regime Geral de Previdência Social.

Em novembro de 2010, as receitas correntes foram de R\$ 19,1 bilhões, crescimento de 1,4% (+R\$ 262,0 milhões) em relação a outubro de 2010, e de 14,8% (+R\$ 2,4 bilhões) em relação a novembro de 2009, resultado explicado basicamente pela a recuperação do mercado de trabalho formal no final de 2009, após a crise econômica mundial, e pelo aumento do salário mínimo, que foi este ano antecipado para janeiro/2010 e contou com um aumento de 9,7%. Entre as receitas correntes, merecem destaque as rubricas que guardam uma relação direta com o mercado de trabalho formal: a rubrica de empresas em geral com crescimento de 1,0% (+R\$ 124,3 milhões) e de 16,4% (+R\$ 1,7 bilhão) em relação a outubro de 2010 e novembro de 2009, respectivamente. O recolhimento das empresas optantes pelo SIMPLES (recolhimento em GPS e repasse STN) ficou praticamente estável, com elevação de 0,8% (+R\$ 18,6 milhões) na comparação com outubro deste ano e apresentou crescimento de 18,4% (+R\$ 361,0 milhões) na comparação com novembro de 2009. A rubrica de retenção 11% apresentou crescimento em relação a outubro de 2010 e novembro de 2009 de 2,4% (+R\$ 35,9 milhões) e 15,4% (+R\$ 205,8 milhões), respectivamente.

GRÁFICO 1

Variação das Receitas Correntes entre novembro de 2010 e o mês anterior - Em R\$ milhões de novembro/2010 (INPC)

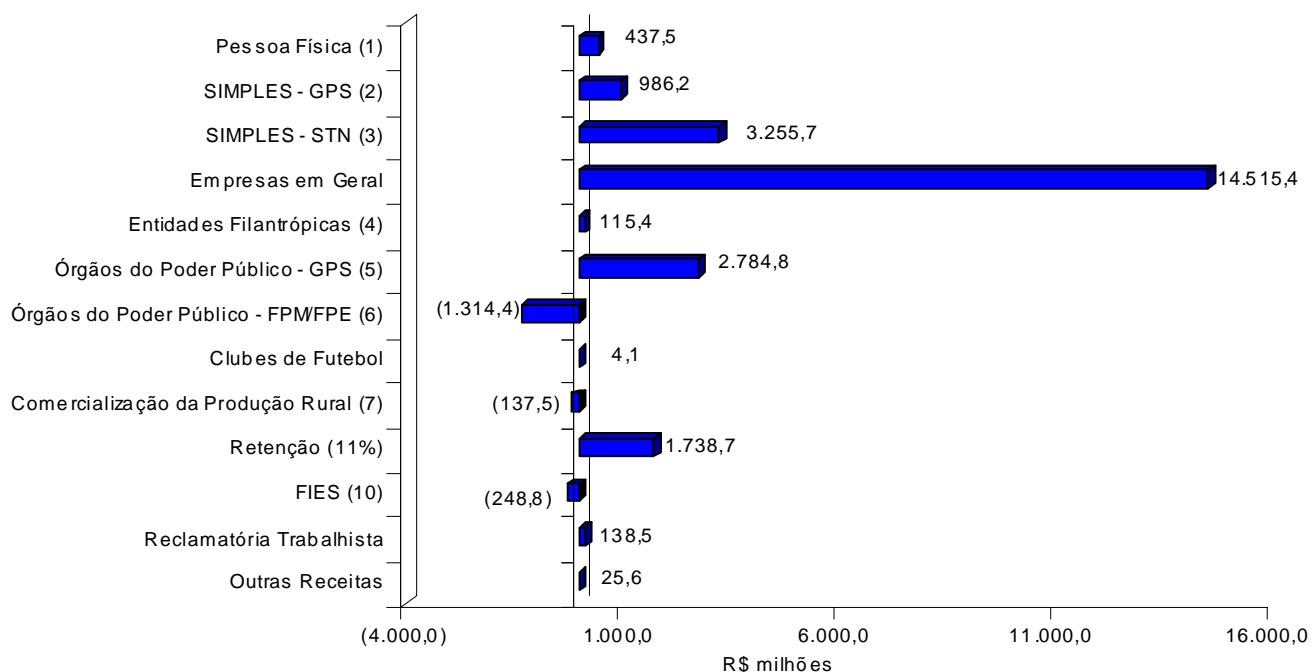


Fonte: Fluxo de Caixa do INSS; Informar/DATAPREV – Elaboração: SPS/MPS.

No acumulado do ano, as receitas correntes cresceram 12,7% (+R\$ 22,3 bilhões) em relação ao mesmo período de 2009, fortemente influenciada pelo recolhimento das empresas em geral, com aumento de 12,9% (+R\$ 14,5 bilhões), das empresas optantes pelo SIMPLES (recolhimento em GPS e repasse da STN), com elevação de 22,2% (+R\$ 4,2 bilhões), pela retenção efetuada das empresas prestadoras de serviço (11%), que subiu 12,6% (+R\$ 1,7 bilhão), e por fim do recolhimento em GPS por órgão do poder público, com crescimento de 28,6% (+R\$ 2,8 bilhões).

GRÁFICO 2

Variação das Receitas Correntes (Janeiro a Novembro) de 2010 em relação a 2009 - Em R\$ milhões de Novembro/2010 (INPC)



Fonte: Fluxo de Caixa do INSS; Informar/DATAPREV – Elaboração: SPS/MPS.



Conforme citado, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho, que revelam bons resultados para os nove primeiros meses do ano. Convém destacar que o resultado do RGPS em novembro de 2010 é afetado pela variação ocorrida no mercado de trabalho no mês anterior.

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, em outubro de 2010, foram gerados 204.804 empregos celetistas, equivalente à expansão de 0,58% no estoque de assalariados com carteira assinada do mês anterior, o terceiro melhor resultado de toda a série histórica do CAGED para o período, em termos absolutos. O desempenho de outubro mostra o vigor do mercado de trabalho de manter a trajetória de crescimento expressivo, muito próximo do segundo lugar ocorrido em 2007 (+205.260). No acumulado do ano, os dados mostram um acréscimo de 2.406.210 empregos (+7,29%), desempenho inédito do mercado de trabalho formal na série histórica do CAGED para o período. Nos últimos 12 meses, verificou-se a criação de 2.237.713 postos de trabalho, equivalente à expansão de 6,75% no contingente de empregados celetistas do país. Segundo o recorte setorial, os dados revelam que oito dos vinte e cinco subsetores de atividade econômica evidenciaram recordes e cinco obtiveram o segundo melhor resultado da série do CAGED para o mês. O conjunto das nove Áreas Metropolitanas apresentou um desempenho recorde no mês de outubro, ao responder pelo incremento de 108.247 postos de trabalho (+0,74%). O Interior dos estados desses aglomerados urbanos (+46.841 empregos ou +0,37%) registrou um comportamento mais modesto em relação ao conjunto das Áreas Metropolitanas, resultado influenciado, em grande parte, pela sazonalidade negativa do setor agrícola.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a população ocupada, estimada em 22,3 milhões em outubro de 2010 no agregado das seis regiões, não apresentou variação em relação a setembro último. No confronto com outubro do ano passado apresentou alta de 3,9%, refletindo acréscimo de 841 mil postos de trabalho no período de um ano. No total das seis regiões metropolitanas, observou-se que o contingente de ocupados, permaneceu estável em relação a setembro em todos os grupamentos de atividade, exceto no Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis, que registrou alta de 2,5%. Na comparação com outubro do ano passado, quatro grupamentos de atividade apresentaram variação significativa: houve alta nos Serviços prestados a empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira (4,7%); na Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e segurança social (7,4%) e nos Outros serviços (8,2%) e ocorreu retração nos Serviços domésticos (5,1%). Considerando o nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa), estimado em 53,9% no total das seis regiões, verificou-se que esta estimativa ficou estável na comparação mensal e cresceu 1,5 ponto percentual frente a outubro de 2009. A média de janeiro a outubro de 2010 do nível da ocupação, foi estimada em 53,1%, apresentando elevação de 1,2 ponto percentual quando comparada com o mesmo período de 2009 (51,9%). O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado foi estimado em 10,3 milhões em outubro de 2010, para o conjunto das seis regiões, ficando estável na análise mensal. Esta estimativa, na comparação anual, cresceu 8,4%, representando um adicional de 805 mil postos de trabalho com carteira assinada nesse período. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores, apurado em outubro de 2010 em R\$ 1.515,40, no conjunto das seis regiões, apresentou estabilidade na comparação mensal. Frente a outubro do ano passado, o poder de compra do rendimento médio de trabalhadores aumentou 6,5%.

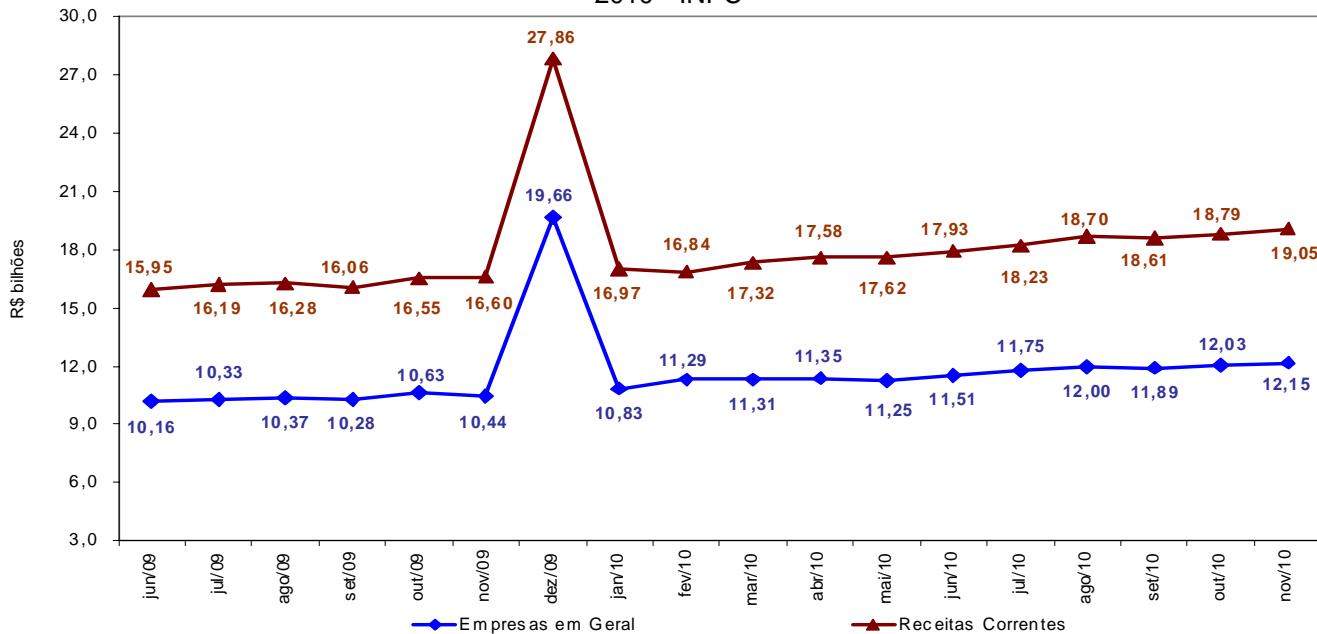
A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES/IBGE) mostrou, em outubro de 2010, o emprego industrial estável (0,0%) frente ao patamar do mês de setembro, na série livre de influências sazonais, após também ficar praticamente estável nos dois últimos meses: 0,1% em agosto e -0,1% em setembro. Com isso, o índice de média móvel trimestral também registrou crescimento nulo (0,0%) entre setembro e outubro, após quatorze meses de taxas positivas, período em que acumulou expansão de 5,5%. Vale destacar que desde abril esse indicador aponta clara redução no ritmo de crescimento: 0,6% em abril, 0,5% em maio, 0,4% em junho e julho, 0,3% em agosto e 0,1% em setembro. Na comparação com igual período de 2009, o total do pessoal ocupado na indústria avançou 4,2% em outubro, nona taxa positiva neste tipo de confronto. No índice acumulado do período de janeiro-outubro de 2010 houve expansão de 3,4%. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, cresceu 2,3%, resultado mais

elevado desde novembro de 2008 (2,5%), e manteve a trajetória ascendente iniciada em dezembro do ano passado. No confronto Outubro 10 / Outubro 09, o emprego industrial apontou crescimento de 4,2%, com o contingente de trabalhadores registrando avanço em todas as quatorze áreas investigadas. No indicador acumulado no ano, o nível do pessoal ocupado na indústria foi 3,4% maior do que em igual período do ano passado, com perfil generalizado de crescimento, atingindo todos os locais investigados e quatorze dos dezoito ramos.

Os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou o indicador dessazonalizado de emprego estável em outubro, quando comparado com o nível do mês de setembro. Vale notar que esse indicador é, dentre as demais variáveis de atividade industrial, o que mostra a trajetória mais contínua de crescimento. Mesmo com uma atividade industrial moderada entre o segundo e o terceiro trimestre, o emprego continuou crescendo. Há 16 meses consecutivos que o emprego não registra queda. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o emprego cresceu 6,5% em outubro. Já na média do acumulado do ano, o emprego aumentou em 5,4%. A massa salarial real cresceu 4,5% em outubro, frente ao mês anterior (dados originais). Como o emprego ficou estável em outubro, o crescimento da massa salarial passou a ter origem na expansão da renda real e não do emprego, cenário presente até então. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, a massa salarial aumentou 10,0% em outubro. É a primeira vez que esse indicador atinge variação de dois dígitos desde 2006. Na média do acumulado do ano, o indicador cresceu 6,4%. Os rendimentos médios reais do trabalhador industrial cresceram 4,4% em outubro, frente ao mês anterior (dados originais). Essa foi a maior alta, nessa base de comparação, de 2010. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o rendimento médio real passou a registrar crescimento de 3,3%. Em termos de comparação, em setembro, esse indicador recuou 0,2% na mesma base de comparação. Na média do acumulado de janeiro a outubro de 2010, o rendimento médio real cresceu 1,0%, frente ao mesmo período do ano anterior.

GRÁFICO 3

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses – Em R\$ bilhões de Novembro/2010 – INPC



Fonte: Fluxo de Caixa do INSS; Informar/DATAPREV – Elaboração: SPS/MPS.

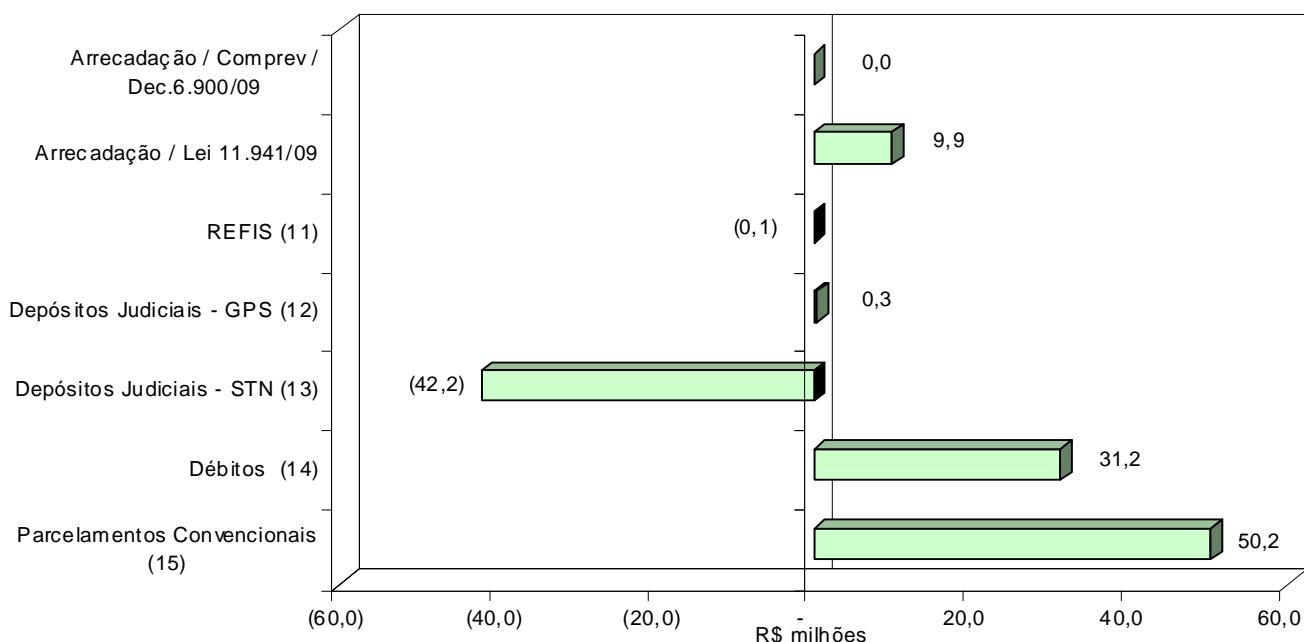
RECEITAS ORIUNDAS DE MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

As receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos somaram R\$ 802,9 milhões, em novembro de 2010, valor 6,5% (+R\$ 49,4 milhões) acima do registrado em outubro de 2010 e queda de 71,5% (-R\$ 2,0 bilhões) frente a novembro de 2009. Essa queda foi fortemente influenciada pelo repasse de depósitos judiciais pela STN no valor de R\$ 1,4 bilhão, ocorrido em novembro de 2009. Os Parcelamentos Convencionais, que representaram 52,3% do total dessas receitas, cresceram 13,6% (+R\$ 50,2 milhões), entre novembro de 2010 e o mês anterior e 6,6% (+R\$ 25,9 milhões), quando comparado a novembro de 2009, conforme pode ser observado no Gráfico 4.



GRÁFICO 4

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Novembro de 2010) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Novembro/2010 (INPC)

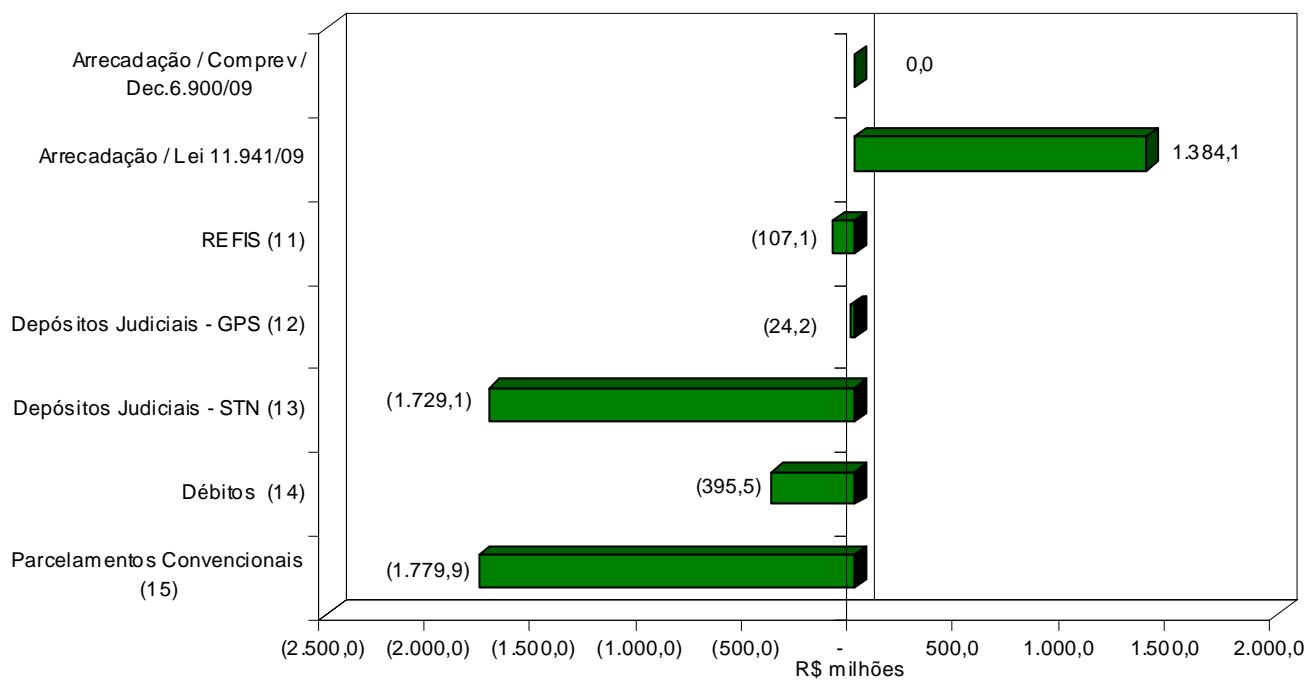


Fonte: Fluxo de Caixa do INSS; Informar/DATAPREV – Elaboração: SPS/MPS.

No acumulado de janeiro a novembro de 2010, as receitas originadas de recuperação de créditos foram de R\$ 8,5 bilhões, queda de 23,8% (-R\$ 2,6 bilhões), frente ao mesmo período de 2009. Nessa comparação, a rubrica Arrecadação / Lei 11.941/2009 apresentou forte crescimento e os Parcelamentos Convencionais sofreram redução de 30,1% (-R\$ 1,8 bilhão), conforme pode ser visto no Gráfico 5.

GRÁFICO 5

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Janeiro a Novembro) de 2010 em relação a 2009 - Em R\$ milhões de Novembro/2010 (INPC)



Fonte: Fluxo de Caixa do INSS; Informar/DATAPREV – Elaboração: SPS/MPS.

BENEFÍCIOS EMITIDOS E CONCEDIDOS

Em novembro de 2010, foram emitidos 28,0 milhões de benefícios, ocorrendo ligeiro acréscimo de 0,7% (+192,9 mil benefícios) em relação a outubro de 2010, e elevação de 4,0% (+1,1 milhão benefícios), quando comparado a novembro de 2009. Os Benefícios Assistenciais e os Benefícios Previdenciários apresentaram o mesmo percentual de crescimento de 0,7%, entre novembro de 2010 e o mês anterior, e os Benefícios Acidentários de 1,6% (+12,6 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 3.

TABELA 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (Novembro/2009, Outubro/2010 e Novembro/2010)

	nov/09 (A)	out/10 (B)	nov/10 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Média Jan. a nov-09	Média Jan. a nov-10	Var. %
TOTAL	26.961.577	27.846.188	28.039.076	0,7	4,0	26.547.556	27.477.997	3,5
PREVIDENCIÁRIOS	22.671.409	23.362.459	23.516.647	0,7	3,7	22.337.512	23.070.313	3,3
Aposentadorias	15.020.176	15.491.357	15.559.314	0,4	3,6	14.758.397	15.320.357	3,8
Idade	7.823.611	8.099.157	8.134.816	0,4	4,0	7.671.928	7.999.184	4,3
Invalidez	2.894.979	2.942.784	2.953.455	0,4	2,0	2.867.648	2.927.748	2,1
Tempo de Contribuição	4.301.586	4.449.416	4.471.043	0,5	3,9	4.218.821	4.393.425	4,1
Pensão por Morte	6.438.261	6.591.891	6.616.589	0,4	2,8	6.360.159	6.537.378	2,8
Auxílio-Doença	1.089.766	1.146.870	1.207.632	5,3	10,8	1.105.393	1.084.748	(1,9)
Salário-Maternidade	70.889	73.903	74.232	0,4	4,7	64.553	72.130	11,7
Outros	52.317	58.438	58.880	0,8	12,5	49.010	55.700	13,7
ACIDENTÁRIOS	800.532	811.840	824.454	1,6	3,0	803.029	797.728	(0,7)
Aposentadorias	159.184	164.821	165.762	0,6	4,1	156.456	162.767	4,0
Pensão por Morte	126.824	125.505	125.516	0,0	(1,0)	127.371	126.055	(1,0)
Auxílio-Doença	164.439	169.343	180.224	6,4	9,6	168.610	157.839	(6,4)
Auxílio-Acidente	275.226	279.809	280.750	0,3	2,0	273.855	277.820	1,4
Auxílio-Suplementar	74.859	72.362	72.202	(0,2)	(3,5)	76.738	73.248	(4,5)
ASSISTENCIAIS	3.479.997	3.661.085	3.687.186	0,7	6,0	3.398.528	3.599.547	5,9
Amparos Assistenciais - LOAS	3.140.471	3.354.816	3.382.653	0,8	7,7	3.041.882	3.280.269	7,8
Idoso	1.531.583	1.606.742	1.616.694	0,6	5,6	1.482.688	1.580.276	6,6
Portador de Deficiência	1.608.888	1.748.074	1.765.959	1,0	9,8	1.559.193	1.699.993	9,0
Pensões Mensais Vitalícias	14.856	14.358	14.330	(0,2)	(3,5)	15.032	14.560	(3,1)
Rendas Mensais Vitalícias	324.670	291.911	290.203	(0,6)	(10,6)	341.615	304.718	(10,8)
Idade	85.976	73.444	72.771	(0,9)	(15,4)	92.696	78.331	(15,5)
Invalidez	238.694	218.467	217.432	(0,5)	(8,9)	248.919	226.386	(9,1)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	9.639	10.804	10.789	(0,1)	11,9	8.486	10.409	22,7

Fonte:Anuário Estatístico da Previdência Social-AEPS; Boletim Estatístico de Previdência Social-BEPS.

Elaboração: SPS/MPS.

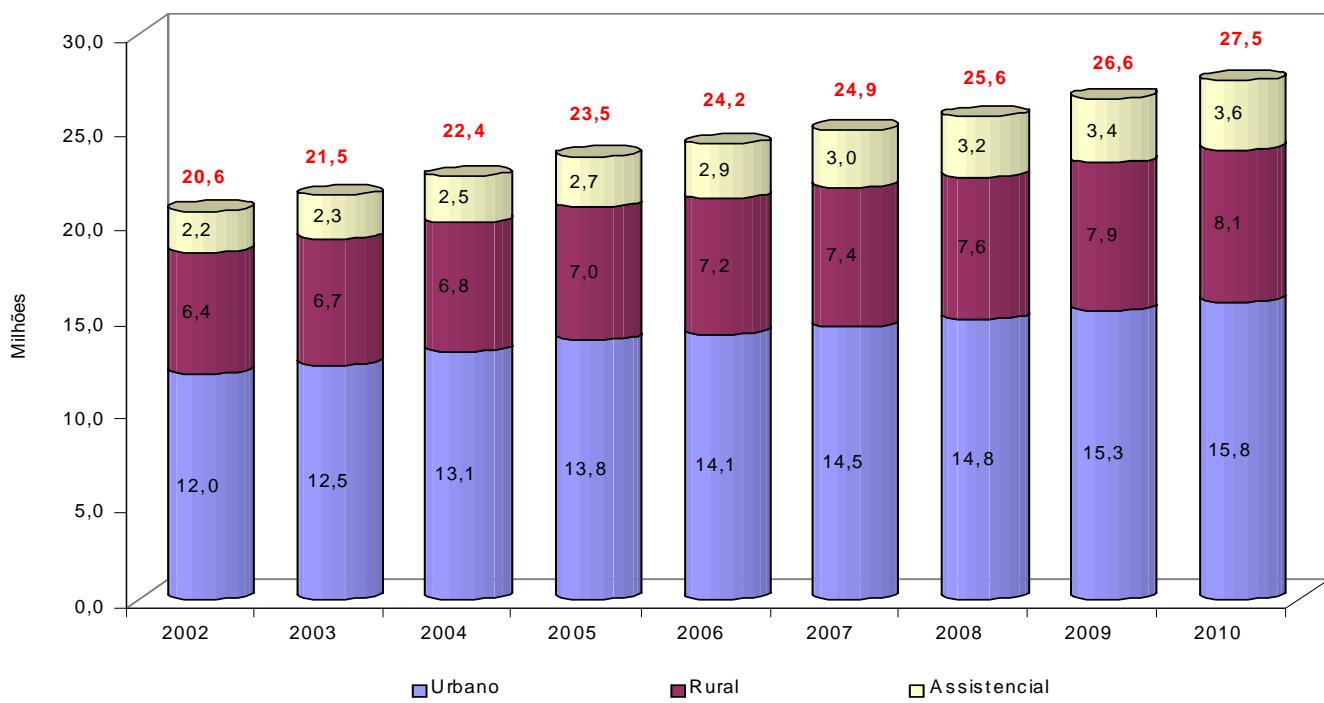
Com relação aos grupos de espécies, na comparação entre novembro de 2010 e novembro de 2009, cabe destacar os auxílios-doença previdenciários e acidentários, que juntos cresceram 10,7% (+133,6 mil benefícios), e as aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, que aumentaram 4,0% (+480,7 mil benefícios), que pode ser explicada pelas medidas de gestão adotadas pela Previdência Social, com destaque para o atendimento ao segurado em até 30 minutos e a chamada Cobertura Previdenciária Estimada – COPES, programa iniciado no segundo semestre de 2005 e que tem como objetivo garantir maior resolutividade na realização das perícias médicas. Os amparos assistenciais ao idoso e ao portador de deficiência cresceram, respectivamente, 5,6% (+85,1 mil benefícios) e 9,8% (+157,1 mil benefícios) e juntos tiveram incremento de 242,2 mil benefícios, entre novembro de 2010 e o mesmo mês de 2009.

Da quantidade média de 27,5 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a novembro de 2010, 57,5% (15,8 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 29,5% (8,1 milhões) a beneficiários da área rural e 13,1% (3,6 milhões) a beneficiários do Programa de Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social – BPC. De 2002 a 2010, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 31,7% no meio urbano, de 26,6% no meio rural e de 63,6% nos assistenciais (Gráfico 6).



GRÁFICO 7

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2002 a 2010) - Em milhões de benefícios - Média de Janeiro a Novembro

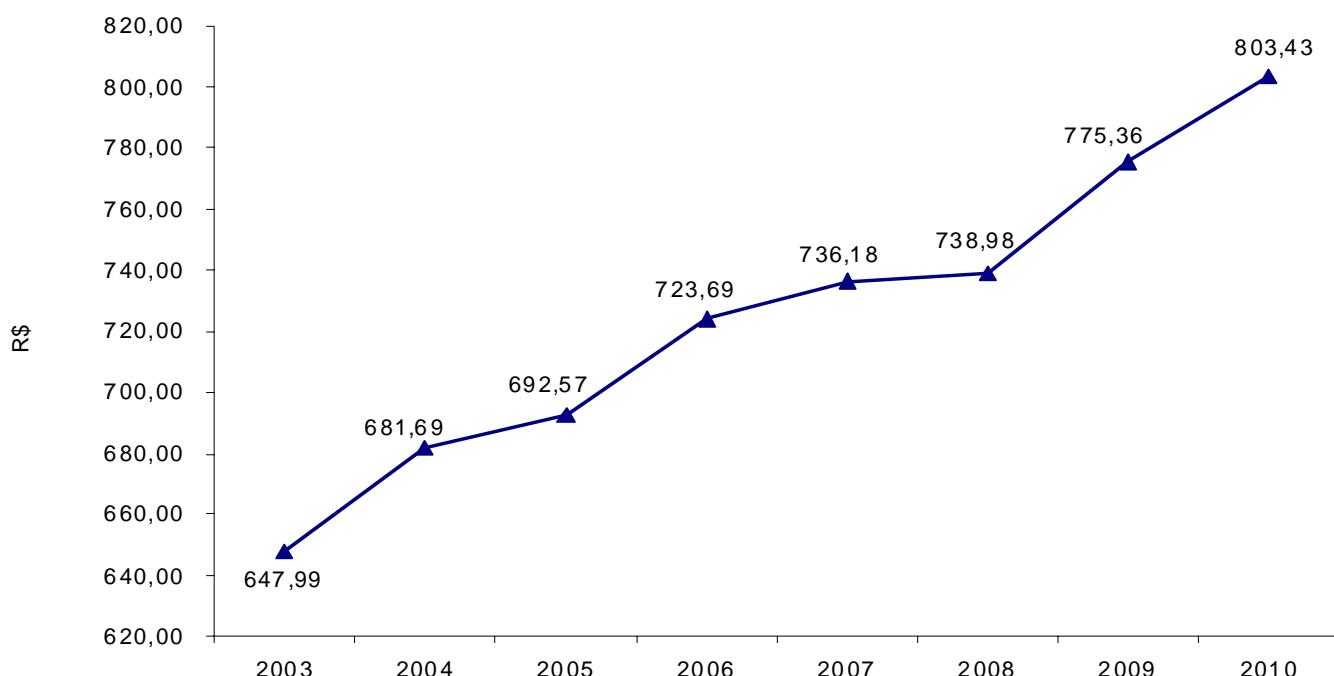


Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social-AEPS; Boletim Estatístico de Previdência Social-BEPS
Elaboração: SPS/MPS.

O valor médio, de janeiro a novembro de 2010, dos benefícios emitidos pelo Regime Geral de Previdência Social foi de R\$ 803,43, registrando aumento de 24,0% em relação ao mesmo período de 2003. O valor médio real dos benefícios emitidos apresenta crescimento contínuo em todo período de 2003 a 2010, conforme pode ser visto no Gráfico 7.

GRÁFICO 7

Valor Médio dos Benefícios do Regime Geral de Previdência Social Emitidos (média de janeiro a novembro de cada ano) em R\$ de novembro/2010 (INPC)



Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social-AEPS; Boletim Estatístico de Previdência Social-BEPS – Elaboração: SPS/MPS.

Em novembro de 2010, foram concedidos 399,0 mil novos benefícios, apresentando queda de 4,1% (-17,1 mil benefícios) em relação a outubro de 2010 e aumento de 5,8% (+21,7 mil benefícios) quando comparado a novembro de 2009. Entre novembro e outubro de 2010, todos os grandes grupos de benefícios apresentaram redução. Os Benefícios Acidentários tiveram a maior queda, de 9,8% (-3,4 mil benefícios), seguido dos Benefícios Assistenciais e Previdenciários, que diminuíram 7,6% (-2,4 mil benefícios) e 3,2% (-11,3 mil benefícios), respectivamente, conforme pode ser visto na Tabela 4.

TABELA 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (Novembro/2008, Outubro/2009 e Novembro/2009)

	nov/09 (A)	out/10 (B)	nov/10 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Acum. Jan. a nov-09	Acum. Jan. a nov-10	Var. %
TOTAL	377.265	416.028	398.962	(4,1)	5,8	4.164.272	4.250.270	2,1
PREVIDENCIÁRIOS	311.553	349.205	337.864	(3,2)	8,4	3.489.882	3.578.292	2,5
Aposentadorias	85.851	86.422	85.728	(0,8)	(0,1)	995.549	939.977	(5,6)
Idade	48.113	45.983	47.097	2,4	(2,1)	556.924	518.547	(6,9)
Invalidez	15.903	15.495	14.739	(4,9)	(7,3)	169.219	168.913	(0,2)
Tempo de Contribuição	21.835	24.944	23.892	(4,2)	9,4	269.406	252.517	(6,3)
Pensão por Morte	31.060	31.829	31.269	(1,8)	0,7	349.909	354.117	1,2
Auxílio-Doença	146.635	184.558	173.443	(6,0)	18,3	1.600.011	1.735.475	8,5
Salário-Maternidade	46.221	44.426	45.352	2,1	(1,9)	525.215	526.447	0,2
Outros	1.786	1.970	2.072	5,2	16,0	19.198	22.276	16,0
ACIDENTÁRIOS	28.819	34.508	31.140	(9,8)	8,1	336.005	322.100	(4,1)
Aposentadorias	839	969	878	(9,4)	4,6	8.486	9.386	10,6
Pensão por Morte	85	64	52	(18,8)	(38,8)	787	708	(10,0)
Auxílio-Doença	26.864	32.340	29.220	(9,6)	8,8	313.872	300.282	(4,3)
Auxílio-Acidente	1.014	1.127	976	(13,4)	(3,7)	12.678	11.597	(8,5)
Auxílio-Suplementar	17	8	14	75,0	(17,6)	182	127	(30,2)
ASSISTENCIAIS	36.660	32.220	29.768	(7,6)	(18,8)	335.560	347.889	3,7
Amparos Assistenciais - LOAS	36.607	32.191	29.734	(7,6)	(18,8)	335.109	347.498	3,7
Idoso	14.837	13.633	13.190	(3,2)	(11,1)	183.816	155.845	(15,2)
Portador de Deficiência	21.770	18.558	16.544	(10,9)	(24,0)	151.293	191.653	26,7
Pensões Mensais Vitalícias	53	29	34	17,2	(35,8)	449	388	(13,6)
Rendas Mensais Vitalícias	-	-	-	-	-	2	3	50,0
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	2	3	50,0
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	233	95	190	100,0	(18,5)	2.825	1.989	(29,6)

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social-AEPS; Boletim Estatístico de Previdência Social-BEPS.

Elaboração: SPS/MPS.

No acumulado de janeiro a novembro de 2010, a quantidade de benefícios concedidos foi de 4,3 milhões, aumento de 2,1% (+86,0 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2009. Os Benefícios Acidentários apresentaram redução de 4,1% (-13,9 mil benefícios). Já os Benefícios Previdenciários e Assistenciais cresceram 2,5% (+88,4 mil benefícios) e 3,7% (+12,3 mil benefícios), nessa mesma comparação.

Cabe observar que a redução em alguns benefícios pode ser explicada, em parte, pelas medidas de gestão adotadas pela Previdência Social, com destaques para a prevenção a fraudes e mudanças nas regras para obtenção e permanência dos benefícios.



Notas Explicativas - Tabela 1:

- (1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.
- (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
- (5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
- (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.
- (7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
- (8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.
- (9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.
- (10) Contribuições das universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência Social por meio do Tesouro Nacional.
- (11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
- (12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.
- (13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
- (15) Pagamento de parcelamentos administrativos e judiciais, com exceção dos incluídos no Programa de Recuperação Fiscal instituído pela Lei 9.964 de abril de 2000.
- (16) Amortização de débitos de Estados e Municípios, por meio de retenção do FPM e FPE.
- (17) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação
- (18) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.



Tabela 1
Fluxo de Caixa - 2010 (R\$ mil correntes)

Itens de Receita e Despesa	Em R\$ mil - Valores Correntes												Acum. 2010
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
1. SALDO INICIAL	4.174.157	10.177.600	14.714.570	15.365.735	14.567.187	14.702.831	10.593.815	20.475.090	10.275.609	10.661.207	4.174.157	4.174.157	
2. RECEBIMENTOS	27.462.244	20.377.447	23.184.977	22.843.987	18.224.917	18.289.697	18.650.273	20.037.877	19.060.080	18.836.931	19.296.266	20.154.960	
2.1. ARRECADAÇÃO	16.809.579	16.806.283	17.475.805	17.938.381	16.116.111	16.460.081	16.478.997	16.801.055	17.307.322	17.127.507	17.447.592	17.787.131	
- Arrecadação Bancária	15.061.723	15.489.006	16.006.448	17.938.381	1.145.319	1.306.229	1.273.207	1.480.085	1.430.936	1.454.066	1.521.046	1.565.468	
- SIMPLES ⁽¹⁾	1.091.154	-	-	-	9.161	10.781	10.290	11.085	11.733	11.779	9.982	11.168	
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS ⁽²⁾	11.566	5	-	-	132	32	-	-	-	-	61	22	
- Fundo Nacional de Saúde - FNS ⁽³⁾	167.315	171.508	172.687	175.66	177.381	177.44	184.249	174.23	170.569	167.393	178.905	181.180	
- Certificados da Dívida Pública - CDP ⁽⁴⁾	53.315	59.869	39.776	60.325	63.95	52.986	46.786	19.177	41.293	47.724	45.058	469.974	
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES ⁽⁵⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Outorga de Dívidas ⁽⁶⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Depósitos Judiciais ⁽⁷⁾	86.901	61.788	114.197	287.932	271.919	139.626	79.471	133.32	85.609	151.835	111.181	1.522.795	
- Restituições de Arrecadação	(9.062)	(36.571)	(16.916)	(18.555)	(31.245)	(30.333)	(24.667)	(39.64)	(17.236)	(54.947)	(144.688)	(423.953)	
2.2. PAGAMENTOS FINANCEIROS	10.169	28.833	92.13	133	12.69	22.194	14.190	12.663	14.640	63.183	68.552	320.432	
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	21.189	5.346	21.965	13.269	15.36	23.278	25.883.303	(1.688.185)	14.885.936	(4.588.780)	(6.307.101)	12.041	
2.4. ANTICIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional)⁽⁸⁾	6.887.255	7.03.335	(1.765.819)	1.536.26	1.536.26	1.536.26	1.536.26	1.536.26	1.536.26	1.536.26	1.536.26	17.675.331	
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	5.981.163	3.600.230	11.656.280	3.346.08	2.609.804	3.417.070	3.180.084	3.182.954	6.387.581	10.635.584	15.068.505	69.063.151	
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin. COFINS - TRF)	270.314	244.767	3.28.200	408.89	335.23	362.201	388.566	326.273	1.006.218	377.100	1.142.570	9.098.620	
- Concursos e Prêmios	25.987	13.000	1.600	2.24	23.190	24.257	27.763	21.705	32.894	26.865	25.570	229.267	
- Participações de Crédito Externa	3.322	76.537	5.725	1.290.93	421.567	594.652	421.445	449.280	123.331	403.102	10.996.099	4.085	
- COFINS	255.358	2.90.287	2.147.29	1.187.000	1.382.957	1.916.866	1.910.726	1.905.351	1.927.533	1.933.387	1.932.152	21.234.545	
- COFINS/Desp. Imp. e Contrib. - EPU	202.039	80.000	105.000	86.000	99.001	80.000	90.000	95.000	70.000	55.000	138.000	1.016.001	
- Recursos Ordinários - Contingência Social (PSS) / PASEP / Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Recursos Ordinários - Contingência Social (Luro - Contrapartida)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Contrib. Prowisão s/ Nov. Financeira - CPNF	476.551	368.713	396.409	372.932	346.003	438.994	347.342	373.156	320.607	7.838.130	1.230.693	15.409.489	
3. PAGAMENTOS	23.166.128	23.449.274	27.016.980	23.622.554	23.555.373	23.763.121	24.125.000	27.240.383	30.872.529	24.9.15.161	27.034.711	17.092	
3.1. PAGAMENTOS INSS	19.451.601	21.041.659	24.220.396	21.240.091	21.945.312	21.026.553	21.272.021	21.364.597	24.680.577	28.767.774	22.988.038	278.283.665	
3.1.1. BENEFÍCIOS	19.547.267	21.166.267	24.02.475	21.383.711	21.203.327	21.396.173	21.541.054	21.545.591	21.685.612	21.906.107	24.238.113	250.407.059	
- Total de Benefícios	(95.488)	(124.608)	(78.856)	(123.28)	(120.43)	(103.638)	(154.563)	(107.526)	(28.726)	(28.726)	(18.849)	(1.324.289)	
3.1.1.1. PREVIDÊNCIARIOS	17.784.426	18.968.399	22.605.331	19.341.369	19.171.241	19.358.611	19.410.064	22.746.234	26.315.676	19.736.208	22.544.557	227.809.617	
3.1.1.1.1. P. Pago pel. INSS	17.559.335	18.860.162	18.802.374	18.961.443	18.848.538	19.026.354	19.054.660	22.447.707	25.977.526	19.985.594	21.989.203	220.933.884	
3.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF ⁽⁹⁾	225.091	138.237	3.686.955	380.246	322.073	332.258	354.005	298.227	441.150	340.614	355.355	6.875.233	
3.1.1.2. NÃO-PREVIDÊNCIARIOS	1.667.176	2.053.260	1.911.464	1.889.222	1.891.313	1.914.098	1.954.333	1.934.343	1.958.938	1.949.404	1.966.170	21.097.871	
3.1.1.2.1. EPUT/N	79.563	81.313	63.63	63.46	60.500	60.500	64.500	65.000	64.444	65.576	765.736	-	
3.1.1.2.2. LOAS	1.567.593	1.977.669	1.180.151	1.835.059	1.827.567	1.851.083	1.869.532	1.889.532	1.873.068	1.884.980	1.900.794	20.332.135	
3.1.1.2.2. LOAS	833.120	827.766	677.726	664.34	653.732	665.105	690.500	683.968	688.466	687.880	693.777	-	
3.1.3. CUSTEIO ⁽¹⁰⁾	202.127	102.052	264.031	151.929	229.027	150.003	173.026	174.513	230.761	212.971	56.840	1.947.822	
3.2. TRANSF. A TERCEIROS ⁽¹¹⁾	2.679.278	1.576.787	1.557.227	1.576.320	1.610.061	1.674.913	1.651.196	1.684.922	1.727.112	1.727.112	1.791.204	19.314.518	
4. ARRECADAÇÃO LIQUIDA ⁽¹²⁾	14.077.016	15.207.343	15.988.924	16.181.718	16.580.287	16.844.322	(2.565.843)	(5.415.843)	17.163.590	17.163.590	17.163.590	181.444.649	
5. SALDO PREVIDÊNCIARIO (4 - 3.1.1)	(370.8.410)	(6.28.407)	(3.01.81.13)	(2.58.9.23)	(2.77.8.23)	(2.77.8.23)	(2.77.8.23)	(2.77.8.23)	(2.77.8.23)	(2.77.8.23)	(2.77.8.23)	(4.22.441)	
6. SALDO ARREC. LIQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(5.4.3.86)	(8.37.872)	(4.480.35)	54.6.657	(4.087.123)	9.902.196	(10.771.511)	4.06.243	3.578.333	(67.462.839)	(6.396.811)	10.219.800	
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	6.543.444	3.96.969	65.565	(778.357)	(370.556)	(4.480.35)	(4.480.35)	(4.480.35)	(4.480.35)	(4.480.35)	(4.480.35)	14.239.540	
8. SALDO FINAL (1.2 - 3) ⁽¹³⁾	10.717.860	14.74.4570	15.568.565	14.567.2778	14.196.231	14.722.688	10.615.309	20.495.711	10.303.579	10.681.852	14.393.597	-	

Fone: CGF/INSS.
Elaboração: SPSS/MP5

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de débitos de pessoas jurídicas, decorrentes de débitos de execuções judiciais. Relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(7) Retenção de precatórios de benéfícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(8) Retenção de pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas das seguintes contas: Serviços de Tereceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patrônio), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(9) Retenção de despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: IN/CRA, DPC/FDEP - Martíni, SDR/MAARA, SENAR, SESC, SENAC, SENAT, SESCOOP.

(10) Retenção de despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Tereceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patrônio), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(11) Retenção de despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Tereceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patrônio), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recebidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDI (salário Educação), IN/CRA, DPC/FDEP - Martíni, SDR/MAARA, SENAR, SESC, SENAC, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



Tabela 2
Fluxo de Caixa - Nov/2010 (R\$ mil de Nov/2010 - INPC)

Itens de Receita e Despesa	nov/09			nov/10			Valores em mil R\$ de Nov/2010 - INPC						Var. Acum.
	I	II	III	Var. I/II	Var. III/II	Var. I/III	Em %	Em %	Em %	a nov/09	a nov/10 - V	V / IIV Em %	
1. SALDO INICIAL	13.898.370	10.381.447	10.661.207	2,7	(23,3)	116.890.565	143.791.614	143.791.614	23,0				
2. RECEBIMENTOS	24.940.04	30.576.028	22,6	26,4	271.726.091	295.431.159	8,7						
2.1. ARRECADAÇÃO										205.705.211	10,5		
-Arrecadação Bancária	16.114.632	17.627.302	17.979.131	2,0	1,1	1,6	186.231.018	186.231.018	10,5				
-SIM/IES ⁽⁶⁾	1.317.393	1.571.489	1.567.472	(0,3)	19,0	11,6	169.862.895	186.780.847	10,1				
-Programa de Recuperação Fiscal - REFFIS ⁽²⁾	14.403	11.283	11.160	(1,1)	(22,5)	(22,5)	12.357.312	15.612.970	26,3				
-Fundo Nacional de Saúde - FNS ⁽³⁾	8	22	58	166,7	599,7	599,7	228.321	121.201	(46,9)				
-Certificados da Dívida Pública - CDP ⁽⁴⁾	426.712	169.117	178.995	5,8	(58,1)	(58,1)	581.221	1.965.295	4,7				
-Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES ⁽⁵⁾	777.645	48.216	45.058	(6,5)	(42,0)	(42,0)	750.822	502.027	33,1				
-Quitação de Dívidas ⁽⁶⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
-Restituições Judiciais ⁽⁷⁾	1.501.434	153.399	111.181	(27,5)	(92,6)	(92,6)	3.288.339	1.559.263	(52,6)				
-Restituições de Arrecadação	(22.019)	(55.513)	(144.656)	160,6	557,0	557,0	(270.849)	(430.931)	59,1				
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	(95.836)	105	112	6,0	(100,1)	(100,1)	(266.744)	331.539	(224,3)				
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	9.689	69.258	12.041	(82,6)	24,3	24,3	233.783	275.371	17,8				
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECAITA (Tesouro Nacional) ⁽⁸⁾	(1.689.277)	(5.361.764)	(4.215.590)	(21,4)	149,6	149,6	16.549.430	18.588.639	12,3				
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	6.576.211	10.743.109	15.068.085	40,3	129,1	129,1	68.978.604	70.530.399	2,2				
-Recursos Ordinários Ind. Recursos Ordin. / COFINS - TRF	3.635.229	380.884	1.142.570	199,9	(68,6)	(68,6)	9.944.675	9.343.857	(6,0)				
-Concursos e Prognósticos	-	27.142	25.570	(5,8)	(32,7)	(32,7)	8.533,0	2.183	4,266				
-Operações de Crédito Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
-COFINS/COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	473.637	407.254	10.599.099	2.502,6	2.137,8	2.137,8	34.557.710	22.444.191	(35,5)				
-Desvolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	215.762	55.366	138.000	148,4	(36,0)	(36,0)	1.225.178	21.792.353	(13,3)				
-Recursos Ordinários - Contrapartida	-	-	-	-	-	-	0	0	(10,0)				
-Contrib. Social sobre o Lucro (Incl. Contrib. Sociais/Lucro - Contrapartida)	534.631	7.918.862	1.230.693	(84,5)	-	-	-	-	-				
3. PAGAMENTOS	25.647.631	24.565.596	27.034.711	10,1	5,4	263.143.421	285.169.498	8,4					
3.1. PAGAMENTOS INSS	24.080.688	22.820.895	25.243.448	10,6	4,8	245.167.749	265.030.231	8,2					
3.1.1. BENEFÍCIOS	23.108.559	21.908.873	24.310.727	11,0	5,2	235.916.598	255.053.701	8,1					
-Total de Benefícios	23.188.94	22.131.739	24.339.113	9,9	4,9	238.14.397	256.590.561	7,7					
-Desvolução de Benefícios	(79.536)	(201.908)	(19.939.491)	(101,2)	(103,1)	(103,1)	(2.227.79)	(233.428.639)	(35,0)				
3.1.1.1. PREVIDÊNCIARIOS	21.137.008	19.939.491	22.344.557	12,1	5,7	216.271.885	233.297.302	7,9					
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	20.713.263	19.595.368	21.989.203	12,2	6,2	209.589.305	226.365.526	8,0					
3.1.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF ⁽⁹⁾	3.443.745	3.443.123	3.355.355	3,3	(16,1)	6.682.380	7.073.173	5,8					
3.1.1.1.2. NÃO-PREVIDÊNCIARIOS	1.971.551	1.969.483	1.966.170	(0,2)	(0,3)	19.644.913	21.625.003	10,1					
3.1.1.2.1. EPUT.N.	238.187	65.108	65.376	0,4	(72,6)	1.026.002	785.641	(23,4)					
3.1.1.2.2. LOAS	1.733.364	1.904.875	1.905.794	(0,2)	9,7	18.616.912	20.839.361	11,9					
3.1.2. PESSOAL ⁽¹⁰⁾	668.259	696.557	875.880	25,7	31,1	6.349.010	8.297.302	21,1					
3.1.3. CUSTEIO ⁽¹¹⁾	303.870	215.164	56.840	(73,6)	(81,3)	2.402.140	1.989.227	(16,8)					
3.2. TRANSF. A TERCEIROS ⁽¹²⁾	3.156.953	1.744.902	1.791.264	2,7	14,3	17.975.673	19.819.268	10,3					
3.2.1.1.2. SENTENÇAS JUDICIAIS (2.1 - 3.2)	17.831.133	17.494.995	17.929.116	1,0	0,5	16.824.335	18.588.944	10,5					
4. ARRECADAÇÃO LIQUIDA (4 - 3.1.1)	(3.305.875)	(2.194.996)	(4.424.441)	101,6	33,8	(48.016.339)	(47.542.975)	(1,0)					
5. SALDO PREVIDÊNCIARIO (4 - 3.1.1)	(5.277.45)	(4.164.479)	(6.390.611)	53,5	21,1	(67.861.253)	(69.167.758)	2,2					
6. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	(7.448.838)	374.508	3.541.316	845,6	(34,4)	8.526.670	10.261.661	19,6					
7. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) ⁽¹³⁾	12.449.542	10.755.955	14.202.523	32,0	14,1	12.449.542	14.202.523	14,1					

Fonte: CGE/INSS.

Elaboração: SP/SPMPS.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administradas pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/2000).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência Social administrada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Restituição da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios de realização de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25/07/2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo paga pelo INSS.

(10) Reais pagamentos realizados a aposentados e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reais despesas operacionais consignadas nas seguintes Serviços: Remuneração Bancária, ECT, Material Administrativo e Patrimonial, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MARA, SENAI, SESI, SENAR, SEST, SEBRAE, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Tabela 3
Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de Nov/2010 - INPC)

Período	Arrecadação Bruta (1) (A)	Transferências a Terceiros (B)	Arrecadação Líquida C = (A - B)	Benefícios Previdenciários (2) (3) (4) (5) (D)	Valores em milhões R\$ de Nov/2010 - INPC	
					Relação % E=(D/C)	Saldo F=(C - D)
Valores referentes ao acumulado até o mês de Novembro, a preços de Nov/2010 INPC						
2000	104.146	7.197	96.949	113.099	116,7	(16.150)
2001	109.169	7.798	101.370	120.351	118,7	(18.980)
2002	112.261	7.858	104.403	128.296	122,9	(23.893)
2003	107.414	7.780	99.634	131.791	132,3	(32.156)
2004	119.184	8.962	110.222	144.998	131,6	(34.776)
2005	129.188	8.828	120.359	160.081	133,0	(39.721)
2006	143.948	10.893	133.055	183.231	137,7	(50.176)
2007	160.020	14.677	145.343	194.758	134,0	(49.415)
2008	176.005	17.261	158.745	201.634	127,0	(42.889)
2009	186.231	17.976	168.255	216.272	128,5	(48.016)
2010	205.705	19.819	185.886	233.429	125,6	(47.543)
nov/08	16.507	1.524	14.983	19.652	131,2	(4.668)
dez/08	26.859	1.556	25.303	23.388	92,4	1.914
jan/09	15.769	2.596	13.173	20.112	152,7	(6.939)
fev/09	15.891	1.517	14.373	17.197	119,6	(2.824)
mar/09	16.974	1.496	15.478	18.888	122,0	(3.410)
abr/09	16.809	1.546	15.264	18.621	122,0	(3.358)
mai/09	16.987	1.479	15.507	18.458	119,0	(2.950)
jun/09	16.631	1.549	15.081	18.707	124,0	(3.626)
jul/09	16.837	1.551	15.286	18.596	121,7	(3.310)
ago/09	16.911	1.517	15.394	20.944	136,1	(5.550)
set/09	16.634	1.594	15.040	24.830	165,1	(9.790)
out/09	17.391	1.563	15.828	18.782	118,7	(2.954)
nov/09	19.398	1.567	17.831	21.137	118,5	(3.306)
dez/09	28.723	1.639	27.084	25.225	93,1	1.859
jan/10	17.577	2.811	14.767	18.657	126,3	(3.890)
fev/10	17.485	1.643	15.843	19.782	124,9	(3.939)
mar/10	18.041	1.611	16.430	23.388	142,3	(6.958)
abr/10	18.388	1.618	16.770	19.863	118,4	(3.093)
mai/10	18.602	1.646	16.955	19.603	115,6	(2.648)
jun/10	18.687	1.715	16.973	19.817	116,8	(2.844)
jul/10	18.947	1.692	17.255	19.883	115,2	(2.628)
ago/10	19.503	1.738	17.766	23.317	131,2	(5.552)
set/10	19.273	1.810	17.463	26.834	153,7	(9.371)
out/10	19.489	1.745	17.744	19.939	112,4	(2.195)
nov/10	19.711	1.791	17.920	22.345	124,7	(4.424)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

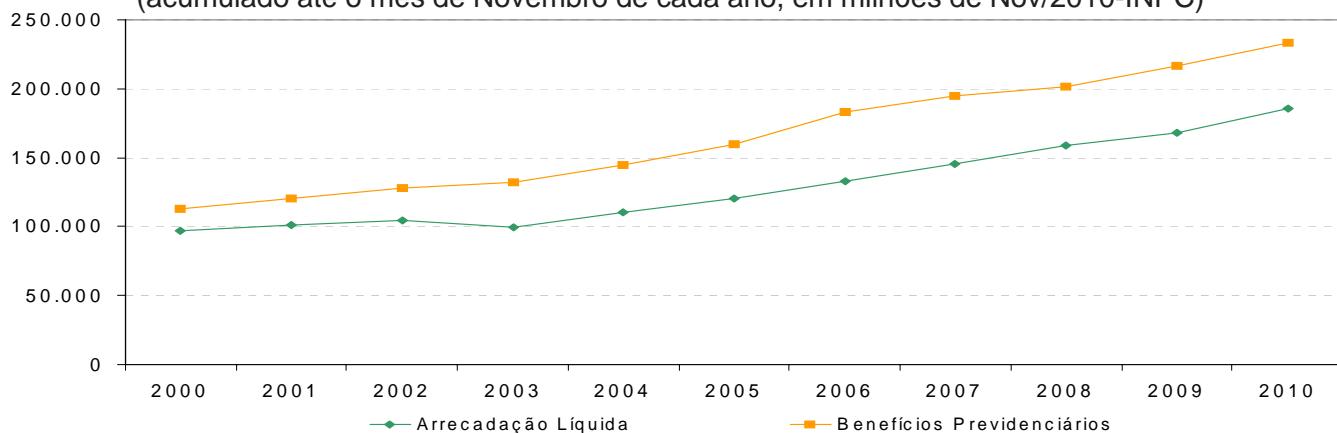
(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2.288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios
(acumulado até o mês de Novembro de cada ano, em milhões de Nov/2010-INPC)





REMETENTE: Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco "F", 7º andar, sala 750
Tels.: (0-XX-61) 2021-5011
Fax: (0-XX-61) 2021-5408
e-mail: cgep@previdencia.gov.br
70.059-900 – Brasília/DF



IMPRESSO